

O TRABALHO DOCENTE NOS DIAS ATUAIS: DESAFIOS E VALORIZAÇÃO DA PROFISSÃO EM TODOS OS NÍVEIS DE ENSINO

Renata Machado Soares Rodrigues

Resumo

Nas últimas décadas o trabalho docente tem assumido crescente complexidade diante das transformações sociais, culturais, tecnológicas e educacionais. A profissão docente, historicamente reconhecida como elemento essencial para o desenvolvimento humano e social, enfrenta desafios relacionados à intensificação das atividades, às mudanças nas práticas pedagógicas, à incorporação das tecnologias digitais, à ampliação das demandas burocráticas, à inclusão escolar e às dificuldades de valorização profissional. O presente artigo tem como objetivo principal analisar os principais desafios enfrentados pelos docentes na contemporaneidade e discutir a importância da valorização da carreira para a melhoria da qualidade da educação em todos os níveis de ensino. Para tanto, foi realizada uma pesquisa bibliográfica, fundamentada em autores como Paulo Freire, Maurice Tardif, António Nóvoa, José Carlos Libâneo, Dermeval Saviani, Miguel Arroyo e outros pesquisadores da área da educação, além da legislação educacional brasileira. Os resultados obtidos evidenciam que o fortalecimento da profissão docente depende da implementação de políticas públicas voltadas à valorização salarial, formação inicial e continuada, melhoria das condições de trabalho, saúde ocupacional e reconhecimento social. Conclui-se que investir na valorização do professor representa um investimento direto na qualidade da educação e no desenvolvimento da sociedade.

Palavras-chave: Trabalho docente. Valorização docente. Educação. Formação de professores. Desafios da docência.

INTRODUÇÃO

A atuação do trabalho docente ocupa posição central no desenvolvimento das sociedades por constituir um dos principais instrumentos de formação humana, produção do conhecimento e construção da cidadania. Em todos os níveis de ensino, desde a Educação Infantil até o Ensino Superior, os professores exercem funções que ultrapassam a simples transmissão de conteúdos, assumindo papéis essenciais relacionados à mediação da aprendizagem, ao desenvolvimento socioemocional dos estudantes, à inclusão, à formação ética e à preparação para a vida em sociedade.

Entretanto, nas últimas décadas, muitas transformações sociais, econômicas e tecnológicas modificaram significativamente a prática docente. A expansão das tecnologias digitais, a diversidade presente nas salas de aula, as exigências por resultados educacionais, o aumento das responsabilidades administrativas e as constantes mudanças nas políticas públicas ampliaram as demandas direcionadas aos professores.

Ademais, a pandemia da COVID-19 evidenciou ainda mais os desafios da profissão docente. Os educadores precisaram adaptar rapidamente suas metodologias ao ensino remoto, aprender novas ferramentas tecnológicas e lidar com impactos emocionais próprios e dos estudantes, revelando tanto a importância quanto a fragilidade das condições de trabalho oferecidas aos profissionais da educação.

De acordo com Libâneo (2013), a profissão docente exige muito mais do que domínio do conteúdo disciplinar, demandando competências pedagógicas, capacidade crítica, compromisso ético e constante atualização profissional. Nesse contexto, discutir o trabalho docente significa compreender os fatores que influenciam a qualidade da educação e reconhecer que a valorização profissional constitui elemento indispensável para o fortalecimento dos sistemas educacionais.

Segundo estudos de Freire (1996), ensinar exige segurança, competência profissional e generosidade na mediação do aprendizado. A afirmação do autor evidencia que ensinar ultrapassa aspectos técnicos, envolvendo compromisso humano, responsabilidade social e permanente desenvolvimento profissional e social.

Diante desse contexto, este artigo possui como objetivo analisar os desafios enfrentados pelos professores na atualidade, discutir a valorização da carreira docente e refletir sobre caminhos capazes de fortalecer a profissão em todos os níveis de ensino em prol do desenvolvimento humano.

O TRABALHO DOCENTE CONTEMPORÂNEO E SEUS DESAFIOS

A realização do trabalho docente tem passado por profundas transformações ao longo da história da educação. Se anteriormente a atuação do professor estava fortemente associada à transmissão do conhecimento, atualmente sua função envolve processos muito mais amplos relacionados à mediação da aprendizagem, desenvolvimento de competências, inclusão escolar, uso de tecnologias e formação integral dos estudantes.

À luz dos estudos de Tardif (2014, p. 15), os saberes docentes são construídos durante toda a trajetória profissional e resultam da articulação entre conhecimentos acadêmicos, experiências pessoais e práticas cotidianas desenvolvidas nas instituições escolares, ressaltando que o saber dos professores é profundamente social e é, ao mesmo tempo, o saber dos atores individuais que o possuem e incorporam à sua prática profissional para a ela adaptá-lo e transformá-lo. Essa compreensão demonstra que o trabalho docente não pode ser reduzido à

aplicação de conteúdos previamente estabelecidos, pois envolve permanente reflexão, adaptação e reconstrução das práticas pedagógicas.

Segundo Nóvoa (2009) o professor contemporâneo necessita desenvolver uma identidade profissional baseada na autonomia, na colaboração entre pares e na formação permanente, defendendo que é preciso passar a formação de professores para dentro da profissão. A valorização da experiência profissional, segundo o autor, fortalece o desenvolvimento de práticas colaborativas capazes de melhorar a qualidade do ensino.

Os marcos normativos brasileiros também reconhecem a importância do trabalho docente. A Constituição Federal de 1988 estabelece, em seu artigo 206, que a valorização dos profissionais da educação constitui princípio fundamental do ensino brasileiro. Complementando esse dispositivo, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Lei nº 9.394/1996) determina que os sistemas de ensino devem assegurar formação adequada, piso salarial profissional, ingresso por concurso público e condições dignas de trabalho.

Contudo, apesar do reconhecimento legal, muitos professores convivem diariamente com baixos salários, excesso de carga horária, infraestrutura insuficiente, violência escolar, acúmulo de funções e crescente adoecimento físico e emocional. Saviani (2013) observa que a democratização do acesso à educação ampliou significativamente a responsabilidade dos professores, tornando ainda mais evidente a necessidade de investimentos permanentes na valorização da profissão, ao passo que conceitua a educação como o ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens.

Tal visão deixa evidenciado que o professor ocupa papel estratégico na formação das novas gerações e no desenvolvimento da sociedade. Outro aspecto importante refere-se às mudanças provocadas pela cultura digital. A incorporação das tecnologias ampliou as possibilidades pedagógicas, mas também aumentou as exigências sobre os docentes, que passaram a produzir materiais digitais, utilizar plataformas virtuais, acompanhar atividades on-line e desenvolver novas competências tecnológicas (Kenski, 2012).

De acordo com Kenski (2012), as tecnologias modificam e solidificam profundamente a organização do trabalho pedagógico e exigem formação continuada permanente para que possam contribuir efetivamente para os processos de ensino e aprendizagem. Além das competências técnicas, o professor contemporâneo precisa lidar com questões relacionadas à diversidade cultural, inclusão de estudantes com deficiência, educação antirracista, educação ambiental, competências socioemocionais e formação cidadã, demonstrando que o exercício da

docência tornou-se significativamente mais complexo do que em décadas anteriores. Arroyo (2013) argumenta que compreender o trabalho docente exige reconhecer os professores como sujeitos históricos, produtores de conhecimento e protagonistas das transformações educacionais, rompendo com visões que reduzem sua atuação à mera execução de políticas públicas.

O trabalho da docência tornou-se progressivamente mais complexo em decorrência das constantes transformações sociais, econômicas, tecnológicas e culturais. O professor contemporâneo desempenha múltiplas funções que extrapolam a dimensão pedagógica, envolvendo mediação de conflitos, acolhimento socioemocional, orientação familiar, elaboração de planejamentos, preenchimento de documentos institucionais, participação em formações continuadas e adaptação constante às mudanças curriculares e legislativas.

Diante desse contexto, Tardif (2014) destaca que o trabalho docente é caracterizado pela multiplicidade de saberes e pela necessidade permanente de adaptação às situações concretas vivenciadas no cotidiano escolar, ressaltando que a prática docente é construída na interação entre conhecimentos científicos, experiências profissionais e relações estabelecidas com os estudantes. Logo, Tardif (2014, p. 39) afirma que “O saber dos professores é um saber plural, formado pelo amálgama, mais ou menos coerente, de saberes oriundos da formação profissional, dos saberes disciplinares, dos currículos e da experiência.”

Diante dos principais desafios enfrentados pelos docentes destaca-se a intensificação do trabalho. Além das atividades desenvolvidas em sala de aula, os professores dedicam grande parte de seu tempo ao planejamento das aulas, elaboração e correção de avaliações, participação em reuniões pedagógicas, atendimento às famílias, preenchimento de sistemas administrativos e atualização profissional.

De acordo com estudos de Libâneo (2013) é destacado que a profissão de professor requer sólida formação científica, competência técnica, sensibilidade humana e compromisso político com a transformação da realidade educacional. Essa perspectiva evidencia que a atuação docente exige um conjunto de competências que vão muito além do domínio dos conteúdos curriculares.

Como desafio recorrente tem-se às condições de trabalho oferecidas aos profissionais da educação. Em muitas instituições de ensino, observa-se infraestrutura inadequada, salas superlotadas, escassez de recursos didáticos, insuficiência de equipamentos tecnológicos e sobrecarga administrativa, fatores que comprometem a qualidade do processo educativo.

Sob a ótica de Freire (1996, p. 25), “ensinar requer compromisso ético, responsabilidade e respeito à dignidade dos educandos, ressaltando que não há docência sem discência, pois quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender”. A reflexão demonstra que o processo educativo se fundamenta em relações dialógicas e colaborativas, nas quais professor e estudante constroem conhecimentos de maneira conjunta, fortalecendo o desenvolvimento de ambos. Freire (1996), afirma que:

Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção. Quando entro em uma sala de aula devo estar sendo um ser aberto a indagações, à curiosidade, às perguntas dos alunos, às suas inibições; um ser crítico e inquiridor, inquieto em face da tarefa que tenho — a de ensinar e não a de transferir conhecimento. (Freire, p. 47).

Há relevância importante para outro aspecto quando se refere à diversidade presente nas salas de aula. A ampliação das políticas inclusivas possibilitou maior acesso à educação por estudantes com deficiência, transtornos do neurodesenvolvimento, altas habilidades, diferentes contextos socioculturais e múltiplas formas de aprendizagem. Embora represente importante avanço social, essa realidade exige formação continuada consistente, apoio multiprofissional e recursos pedagógicos adequados (Kenski, 2012).

De acordo com Mantoan (2015), a inclusão escolar não consiste apenas na matrícula do estudante, mas na reorganização das práticas pedagógicas para garantir a aprendizagem de todos, o que implica que o trabalho docente precisa ser continuamente ressignificado diante das novas demandas educacionais.

Ademais, a utilização de plataformas virtuais, ambientes digitais de aprendizagem, recursos multimídia e inteligência artificial modificou profundamente as formas de ensinar e aprender. Segundo Kenski (2012), as tecnologias não substituem o professor, mas ampliam suas responsabilidades, exigindo novas competências para o planejamento e mediação.

Logo, a intensificação das demandas profissionais tem contribuído significativamente para o adoecimento dos professores, registrando elevados índices de estresse, ansiedade, depressão, síndrome de burnout e afastamentos por problemas de saúde mental. Segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), a docência figura entre as profissões com maiores níveis de desgaste ocupacional, em razão da elevada responsabilidade social, da intensa carga emocional e das múltiplas exigências impostas ao cotidiano escolar.

**VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL E PERSPECTIVAS PARA O
FORTALECIMENTO DA CARREIRA**

No âmbito da valorização dos profissionais da educação, a mesma engloba um dos pilares para a construção de sistemas educacionais capazes de promover aprendizagem significativa, inclusão social e desenvolvimento humano. Entretanto, apesar de sua relevância social, a profissão docente ainda enfrenta desafios relacionados ao reconhecimento profissional, remuneração, carreira, infraestrutura e condições adequadas de trabalho.

Segundo Saviani (2013) não existe educação de qualidade sem investimento consistente na formação e valorização dos professores, ressaltando que as políticas educacionais devem priorizar condições objetivas para o pleno exercício de sua função social, de modo a ressignificar a mediação do processo de aprendizagem.

Diante dessa perspectiva, é observado que a valorização docente envolve múltiplas dimensões, ultrapassando a necessidade de remuneração digna para abranger políticas de formação inicial e continuada, infraestrutura escolar adequada, redução da sobrecarga administrativa, apoio psicológico, segurança no ambiente escolar e fortalecimento da autonomia pedagógica. Nóvoa (2009) sintetiza essa compreensão ao afirmar que a formação de professores deve construir-se dentro da profissão, reforçando o sentimento de pertença e a identidade profissional. Essa afirmação evidencia que a valorização docente depende do reconhecimento do professor como intelectual, pesquisador e produtor de conhecimentos.

À luz dos estudos de Freire (1996) também enfatiza que ensinar exige esperança, compromisso político e responsabilidade ética, lembrando que a educação transforma pessoas e estas transformam a sociedade. Libâneo (2013) defende que a formação permanente constitui elemento essencial para o fortalecimento da identidade profissional, contribuindo para práticas pedagógicas críticas e reflexivas.

Um aspecto importante refere-se ao reconhecimento social da profissão. Embora a sociedade atribua elevada importância à educação, muitas vezes os professores não recebem o mesmo reconhecimento dedicado a outras profissões de igual relevância, o que reduz o interesse de jovens pela docência e agrava a escassez de profissionais.

Arroyo (2013) por sua vez, observa que os mestres carregam consigo a memória da educação e das lutas pela humanização da escola, confundindo sua história com a própria história da educação brasileira. Portanto, a valorização docente deve ser entendida como um processo amplo de respeito, autonomia, participação nas decisões educacionais e condições dignas de trabalho.

Nesse contexto, a construção de uma educação de qualidade está diretamente relacionada ao fortalecimento da profissão docente. Esse fortalecimento depende da

implementação de políticas públicas articuladas que contemplem formação, valorização, condições de trabalho, saúde ocupacional e desenvolvimento profissional contínuo. Para Nóvoa (2009), é impossível imaginar alguma mudança que não passe pela formação de professores, ressaltando que não haverá transformação significativa da escola se os professores não forem colocados no centro das políticas públicas.

Desse modo, a formação docente continuada constitui um processo permanente que se consolida ao longo de toda a carreira. Segundo Tardif (2014), os saberes experienciais possuem papel tão relevante quanto os conhecimentos científicos, uma vez que são produzidos no cotidiano da profissão. Libâneo (2013) por sua vez, acrescenta que o trabalho coletivo entre professores fortalece o planejamento, amplia a troca de experiências e favorece a reflexão crítica. Além disso, tornam-se indispensáveis os investimentos em infraestrutura, redução da superlotação das salas, recursos pedagógicos e apoio multiprofissional para mitigar a sobrecarga de trabalho.

Assim, a preservação da saúde física e mental dos educadores exige políticas voltadas ao bem-estar e ao acompanhamento psicológico. A recente atualização da NR-01 (Norma Regulamentadora nº 1) reforça a necessidade de identificação, avaliação e gerenciamento dos riscos ocupacionais, incluindo os riscos psicossociais, ampliando a responsabilidade das instituições na promoção da saúde dos trabalhadores da educação.

Assim, essa perspectiva ao reiterar que ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção, exigindo um ambiente fundado no respeito, diálogo e autonomia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com a pesquisa realizada, ficou evidenciado que o trabalho docente engloba uma das atividades profissionais de maior relevância social, pois exerce influência direta na formação das novas gerações e no desenvolvimento das sociedades. Ao longo deste estudo, verificou-se que a docência contemporânea caracteriza-se por elevada complexidade, exigindo do professor competências pedagógicas, científicas, tecnológicas, sociais e emocionais para responder às constantes transformações da educação.

Segundo a pesquisa, ficou evidenciado que os desafios enfrentados pelos docentes ultrapassam a dimensão pedagógica, envolvendo intensificação do trabalho, excesso de atividades burocráticas, utilização crescente das tecnologias digitais, inclusão escolar,

diversidade presente nas salas de aula, insuficiência de recursos didáticos, violência escolar e impactos relacionados à saúde física e mental.

Assim, ficou constatado, que a valorização docente representa condição indispensável para a melhoria da qualidade da educação. Embora a legislação brasileira assegure princípios relacionados à valorização profissional, ainda persistem desafios referentes à remuneração, aos planos de carreira, à formação continuada e às condições adequadas de trabalho.

Os estudos de Freire (1996), Tardif (2014), Nóvoa (2009), Libâneo (2013), Saviani (2013), Arroyo (2013) e demais autores analisados demonstram que o professor deve ser reconhecido como sujeito histórico, intelectual, pesquisador e agente transformador da realidade social. Sua atuação ultrapassa a transmissão de conteúdos, envolvendo a formação crítica, ética e cidadã dos estudantes em todos os níveis de ensino.

Portanto, torna-se imprescindível que governos, instituições de ensino e sociedade promovam políticas públicas efetivas de valorização docente, contemplando melhores condições de trabalho, remuneração compatível com a importância social da profissão, formação continuada de qualidade, apoio à saúde ocupacional e fortalecimento da autonomia pedagógica.

Para concluir, ficou evidente que investir no professor significa investir diretamente na aprendizagem dos estudantes, na redução das desigualdades sociais e educacionais e na construção de uma sociedade mais justa, democrática e inclusiva. A valorização da docência não deve ser compreendida como benefício destinado exclusivamente aos profissionais da educação, mas como estratégia fundamental para o desenvolvimento sustentável do país e para a garantia do direito constitucional à educação de qualidade

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel Gonzales. **Ofício de Mestre: imagens e autoimagens**. 15. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

_____. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996.

_____. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. **Norma Regulamentadora nº 1 (NR-01): Disposições Gerais e Gerenciamento de Riscos Ocupacionais**. Brasília: MTE, atualização vigente.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 58. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

KENSKI, Vani Moreira. **Educação e Tecnologias: o novo ritmo da informação**. 8. ed. Campinas: Papirus, 2012.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão Escolar: o que é? por quê? como fazer?** São Paulo: Summus, 2015.

NÓVOA, António. **Professores: imagens do futuro presente**. Lisboa: Educa, 2009.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia Histórico-Crítica: primeiras aproximações**. 11. ed. Campinas: Autores Associados, 2013.

TARDIF, Maurice. **Saberes Docentes e Formação Profissional**. 17. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.